

Autenticidade e felicidade: tensões entre dois imperativos culturais contemporâneos

Authenticity and happiness: tensions between two contemporary cultural imperatives

Autenticidad y felicidad: tensiones entre dos imperativos culturales contemporáneos

DOI: <https://doi.org/10.1590/1809-58442022201pt>

Lisbeth Araya Jiménezⁱ

📧 <https://orcid.org/0000-0001-9457-2613>

Nicole Sanchoteneⁱⁱ

📧 <https://orcid.org/0000-0001-8254-6530>

ⁱ (Universidad de Costa Rica, Escuela de Comunicación, Centro de Investigación en Comunicación. San José – SJ, Costa Rica).

ⁱⁱ (Universidade Federal do Rio de Janeiro, Escola de Comunicação, Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura. Rio de Janeiro – RJ, Brasil).

Resumo

Refletindo sobre as características que saturam os sujeitos deste tempo, este artigo procura questionar a autenticidade e a felicidade como imperativos culturais. Busca-se, ao mesmo tempo, perceber seu nexos com as práticas culturais e seus desdobramentos no processo de produção das subjetividades contemporâneas, tendo em vista como esses ideais se fazem presentes em meio à lógica da espetacularização. Para tanto, se perpassa muito brevemente pelos processos econômicos, socioculturais e políticos que foram o embasamento da subjetividade contemporânea; em seguida, define-se os conceitos de felicidade e autenticidade, estabelecendo, nesse percurso, porque e como se constituem em obrigações sociais.

Finalmente, argumenta-se a espetacularização da vida como uma consequência de ditos imperativos culturais e da forma em que são conduzidos nas sociedades ocidentais pós-modernas.

Palavras-chave: Felicidade. Autenticidade. Subjetividade. Espetacularização. Práticas culturais contemporâneas.

Abstract

Reflecting on the characteristics that saturate the subjects of our time, this article seeks to question authenticity and happiness as cultural imperatives. It seeks as well to perceive its connection with cultural practices and its consequences in the process of producing contemporary subjectivities, considering how these ideals can be perceived in the logic of spectacularization. Therefore, this article briefly goes through the economic, socio-cultural and political processes that were the foundation of contemporary subjectivity. Then, it seeks to define the concepts of happiness and authenticity, establishing, along this path, why and how they constitute social obligations. Finally, the spectacularization of life is argued as a consequence of those cultural imperatives and the way in which they are conducted in postmodern western societies.

Keywords: Happiness. Authenticity. Subjectivity. Spectacularization. Contemporary cultural practices.

Resumen

Reflexionando sobre las características que saturan a los sujetos de nuestro tiempo, este artículo considera la autenticidad y la felicidad como imperativos culturales. Se busca, al mismo tiempo, percibir su nexos con las prácticas culturales y sus desdoblamientos en el proceso de producción de las subjetividades contemporáneas, llevando en cuenta cómo esos ideales se hacen presentes en medio a la lógica de la espectacularización. Para ello, se recorren muy brevemente por los procesos económicos, socioculturales y políticos que fueron la base de la subjetividad contemporánea; a continuación, se definen los conceptos de felicidad y autenticidad, estableciendo, en ese camino, por qué y cómo se constituyen en obligaciones sociales. Finalmente, se argumenta la espectacularización de la vida como una consecuencia de determinados imperativos culturales y de la forma en que son conducidos en las sociedades occidentales posmodernas.

Palabras clave: Felicidad. Autenticidad. Subjetividad. Espetacularización. Práticas culturales contemporâneas.

Palavras introdutórias

O mercado editorial de autoajuda no Brasil, há tempos repleto de títulos que indicam aos leitores supostos caminhos à alta performance, assistiu recentemente a um *boom* de vendas de livros que dizem oferecer uma retórica alternativa. Impulsionadas por *A sutil arte de ligar o f*da-se* (MANSON, 2017), no topo na lista dos mais vendidos da revista *Veja*¹, as publicações

1 Mais vendidos *Veja*. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/livros-mais-vendidos/autoajuda-e-esoterismo>. Acesso em: 09 maio 2020.

parecem querer ocupar um lugar de singularidade neste mercado – o da autenticidade: “jogar fora as listas de quem deveríamos ser é outro ato de coragem. Amar a nós mesmos [...] no processo de nos tornarmos autênticos talvez seja o maior gesto de viver com ousadia” (BROWN, B. 2016, p. 108). Ao que parece, a ordem é: seja você mesmo, seja autêntico, deseje sem se importar com o que os outros pensam.

O aconselhamento quanto à busca pela autenticidade para ser feliz não se restringe ao mercado de livros de autoajuda: o triunfo do “seja você mesmo” tem sido central também na elaboração das narrativas e imagens de si nas redes sociais virtuais. Trata-se de uma retórica que privilegia a afirmação do desejo individual em detrimento de um *ethos* marcado pela culpa, como era o caso na Modernidade, por exemplo. É, então, o que nos leva à proposta deste trabalho.

Se a autenticidade vem sendo apontada pelo mercado de autoajuda como o lugar da verdade, do prazer e da felicidade; se as narrativas de reivindicação de direitos de alguns grupos sociais aparecem impregnadas sistematicamente desse apelo à uma presumida autenticidade; se nas redes sociais parece ter preponderância e reconhecimento esse discurso; se inclusive Chimamanda Ngozi Adichie² revelou a cobrança do editor de um de seus livros, no qual, segundo ele, não aparecia a “autenticidade africana”; parece necessário perceber o nexos dessa demanda de uma suposta autenticidade com as práticas culturais e seus desdobramentos no processo de produção das subjetividades contemporâneas.

Interessa aqui pôr em questão como o *ethos* da autenticidade, apresentado como a chave para a felicidade, tem implicações importantes na vida corriqueira e, especialmente, nas sociabilidades que estabelecem os sujeitos pós-modernos, uns com outros e com os objetos desses mundos tão marcados pela mediação.

A montagem da nova criatura e suas roupas

As políticas – primeiro econômicas e depois sociais e culturais – que começaram com o neoliberalismo, cuja implantação se realizou nos países da América Latina com força renovada a partir da Segunda Guerra Mundial, constituem-se depois em uma racionalidade (FOUCAULT, 2008) que envolve todos os âmbitos da vida. Como o autor francês indicou, a clareza do neoliberalismo foi criar um tipo de subjetividade adequada a seus fins.

Para a concepção dessa subjetividade, cria-se primeiro o *sujeito individual*³, que é coroado depois como rei e senhor da criação. Uma vez instituída esta “criatura”, foi preciso definir suas fardagens, porque a roupagem adequada para tão divina e recém-ensablada obra não poderia ser uma qualquer. Vestiu-se, assim, com a liberdade de escolha, que lhe permitiu sua autonomia crescente, sua separação sistemática do coletivo de outrora; calçou-se com a igualdade de direitos, sobre a qual seus passos se afirmariam com a marcha do tempo. Foi

² *The danger of a single story*. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=D9Ihs241zeg>. Acesso em: 09 maio. 2020.

³ A reiteração procura enfatizar a sujeição, a singularidade e o individualismo.

colocado o boné da concorrência, indispensável para guiar seu pensamento, porque, claro, esse é um ser de pensamento e racionalidade, obrigado a controlar suas emoções. Perfumou-se, finalmente, com as águas de colônia da eficiência e a efetividade.

A liberdade de escolha vira uma questão central na contemporaneidade, na medida em que, decorrendo da prevalência do indivíduo, habita nele próprio a possibilidade de ser e de fazer. Um sujeito sem passado, sem tradição, sem mais história além daquela que ele mesmo constrói (EHRENBERG, 2010): um sujeito cujo futuro é definido por mérito.

Essa concepção de liberdade de escolha envolve vários problemas: vira um critério em si mesmo e torna-se universal. Como adverte Taylor (2011, p. 561), um “argumento imbatível”, um “valor primário”, “sem relação com alguma escolha concreta entre duas coisas nem com o âmbito da escolha”. Comporta, aliás, a pretensão de não-limite, a impressão de que não há barreiras; como a metáfora feita pelo autor sobre “a sensação da criança na loja de doces”.

A ironia de Taylor (2011) esclarece o argumento, uma vez que para viver em sociedade, é claro, alguma liberdade de escolha deve ser restrita, alguma autoridade deve ser respeitada e alguma responsabilidade individual terá de ser assumida; as perguntas são *quais* e *com qual custo*.

Por sua vez, com a aparição do discurso dos direitos humanos, generaliza-se e massifica-se a noção de igualdade; igualdade dos diversos sujeitos entre eles e diante do Estado; igualdade suposta, por exemplo, perante a lei. Essa noção de igualdade, que falaciosamente anula as diferenças (em acesso aos recursos, às possibilidades), permite, por um lado, o ressurgimento dos movimentos sociais que reivindicam seus direitos. Por outro e complexamente, instala em nós a lógica da concorrência, precisamente porque só entre iguais ganha o melhor.

A respeito da concorrência, afirma-se que, quando as regras do capital permeiam os diversos âmbitos da vida, e passa-se a pensar e avaliar quase tudo a partir da regra do custo-benefício (BROWN, W. 2015; COOPER, 2017), o ser e as relações com o mundo começam a advir mercadorias (LAVAL; DARDOT, 2016). Pode-se sugerir que o capitalismo e o neoliberalismo atingiram seus objetivos quando essa forma de pensar, de ser e de atuar no mundo se naturalizou⁴.

Assim, o indivíduo supostamente livre para escolher, autônomo e independente, torna-se, adicionalmente, sujeito da concorrência, favorecendo uma subjetividade marcada pelo individualismo liberal. Segundo Taylor (2011), essa mudança se agrava a partir dos anos 1960, quando aos individualismos moral/espiritual e instrumental foi preciso adicionar o individualismo “expressivo”⁵.

4 Não caberia neste artigo incluir a discussão sobre as características do capitalismo e do neoliberalismo, suas fases, momentos e contradições, nem críticas feitas, sejam elas estéticas ou sociais – como é possível ver nos estudos de Boltanski e Chiapello (2009), W. Brown (2015), Laval e Dardot (2016) e Cooper (2017).

5 Esse expressionismo não é uma invenção recente. Pelo contrário, foi distintivo do Romantismo no final do século XVIII e aspiração das elites durante o século XIX; a novidade, esclarece Taylor (2011), é sua transformação em um fenômeno de massa.

Na compreensão da subjetividade contemporânea, é imprescindível, além disso, incluir uma reflexão breve sobre a construção ocidental dos afetos, a racionalidade e o controle das emoções. É amplamente conhecida a construção de Descartes sobre a primazia do pensamento e a subordinação da emoção. A partir especialmente das suas ideias, que foram ampliadas e aprofundadas sistematicamente, as emoções foram construídas no ocidente como sendo parte do humano primitivo, do ancestral incivilizado. Segundo Ahmed (2014), são estabelecidos três tipos de hierarquias: entre pensamento e emoção, entre tipos de emoções e entre os indivíduos que as experimentam. Assim, cria-se mais um componente estrutural desse indivíduo contemporâneo, que se vê na obrigação de controlar os impulsos passionais, de liderar com a razão e controlar seu coração.

Finalmente, compreende-se que a eficiência e a eficácia são também uma consequência da racionalidade capitalista e neoliberal na construção dessa subjetividade contemporânea. Filhas legítimas da lógica do custo-benefício, são levadas do âmbito laboral a outras esferas da vida: à paternidade, à maternidade, às relações afetivas, ao esporte e à relação de cada um com seu corpo – surpreendentemente, mesmo o ambiente escolar e a infância serão ocupados por essa racionalidade do mercado.

O imperativo cultural da felicidade

Todas as pessoas querem ser felizes. Parece não haver objetivo na vida que conduza um alto grau de consenso como este. Dessa presença permanente dá conta o papel que ela ocupou na Filosofia, porém também ilustra essa preeminência a quantidade de pesquisas realizadas nas Ciências Sociais nas últimas seis décadas. Será porque a felicidade, como mostra Ahmed (2010), é constantemente descrita como aquilo que dá propósito, significado e ordem à vida humana? Será porque em cada época e contexto ela tem tido um papel medular na construção de um tipo de pessoa, na edificação mesma das subjetividades?

Freud (2011a, p. 17) defendia a impossibilidade de um projeto de felicidade, uma vez que essa só aconteceria de modo episódico; quando prolongada, se traduziria somente por “um sentimento de contentamento muito tênue”. Inspirado pelo pensamento freudiano, Bauman (1998, p. 9) atualizou a teoria sobre o mal-estar, a partir da ideia de liberdade como valor individual na pós-modernidade: os ideais de beleza, pureza e ordem “devem ser perseguidos – e realizados – através da espontaneidade, do desejo e do esforço individuais”. Para além da felicidade como mérito, participam desse esquema também as noções de autoestima e bem-estar: em nome desses dois objetivos, tão difundidos quanto vagos, o indivíduo se lança em uma empreitada de autogestão que é sintoma da cultura pós-moderna.

Argumenta-se que as características específicas que adquire a felicidade no contemporâneo fazem parte da proposta de ser humano da racionalidade capitalista e neoliberal. Identifica-se quatro críticas que a Comunicação faz precisamente sobre essa construção contemporânea do sujeito feliz, que aparece como um incômodo dos pesquisadores estudados (FREIRE

FILHO, 2010; VAZ, 2010; BAKKER, 2012; MAZETTI, 2014). Isto é, a felicidade como: (1) responsabilidade do indivíduo; (2) individualista e concorrente; (3) direito universal; (4) imperativo cultural.

Para chegarmos à ideia atual de felicidade, foi necessário, como explicado, colocar no centro o indivíduo, para atrelar sua felicidade a suas atitudes, seus pensamentos e, especialmente, seus atos. A felicidade foi desenhada como uma escolha absolutamente pessoal (McMAHON, 2006). Estado e mercado desaparecem da equação e se instaura o que Ehrenberg (2010, p. 69) denomina “o vírus meritocrático”.

Que a felicidade seja para a pós-modernidade uma responsabilidade individual traz consigo vários problemas. Por um lado, o indivíduo está cada vez mais sozinho para enfrentar a vida, fragilizando o tecido social nas possibilidades de laços comunitários. Por outro, as demandas sobrecarregam seu corpo e seu psiquismo: demandas como aquelas que estabelece o mercado por otimização, a realização de muitas tarefas ao mesmo tempo, a conexão permanente, a extensão das horas de trabalho fora do expediente oficial.

A exclusiva responsabilidade do indivíduo por suas tarefas e, em consequência, pelo seu sucesso é um fenômeno que nos remete à formulação foucaultiana do indivíduo como *empreendedor de si mesmo*. Pela lógica da concorrência, cada um deve lidar sozinho com as demandas para cumprir as expectativas sociais de sucesso nos mais diversos âmbitos da vida, enquanto o outro aparece como oponente e contendor.

Para que a felicidade possa ser pensada como um direito universal, foi necessária, previamente, a construção dessa universalidade. Concorda-se com Birman (2010) que são artificiais e falaciosas as três conjecturas a seguir: democracia, igualdade e a construção de uma suposta abrangência da felicidade. Nas sociedades, cada vez mais desiguais, essa ideia de homogeneidade das pessoas perante o Estado e a lei tem sido amplamente criticada. A mesma crise que experimenta a democracia contemporânea nas suas limitações de representar e velar pelos direitos de muitos, acontece também no que diz respeito à felicidade como bem universal.

São especialmente duvidosas essas construções discursivas se for considerado que a América Latina é a região mais desigual do mundo (OXFAM, 2016), caracterizada pelos fluxos migratórios constantes, onde se recrudescem os conservadorismos, se impõe a lógica do consumo em todos os âmbitos da vida, se esfacela a diferença entre público e privado, a corrupção se constrói como tema central (VAZ; VELAZCO, 2017) e se enfrentam as consequências das mudanças no meio ambiente. No Brasil, a situação é singularmente alarmante:

apenas seis pessoas possuem riqueza equivalente ao patrimônio dos 100 milhões de brasileiros mais pobres. E mais: os 5% mais ricos detêm a mesma fatia de renda que os demais 95%. Por aqui, uma trabalhadora que ganha um salário-mínimo por mês levará 19 anos para receber o equivalente aos rendimentos de um super-rico em um único mês (OXFAM, 2017, p. 6).

Por mais paradoxal que possa parecer, a felicidade parece ter se tornado para a cultura contemporânea uma *doença crônica* (FREIRE FILHO, 2010), já que se tornou um imperativo cultural que deslembra as diferenças e apaga as desigualdades. Essa lógica é coerente com a necessidade de esquecer a fragilidade, ocultar o medo, eliminar a vulnerabilidade – ou apresentar a vulnerabilidade enquanto problema –, como se não fossem condições estruturais do humano.

Autenticidade no contemporâneo

De acordo com Taylor (2007), foi a partir da segunda metade do século XX que surgiu uma cultura baseada nos valores de igualdade, felicidade e autenticidade. Para ele, os anos 1960 foram o momento chave dessa “revolução cultural” que vem se desenvolvendo nas últimas décadas e que tem como centro a ideia de “individualismo expressivo” antes comentada.

Taylor (2011, p. 23) descreve esse imperativo da autenticidade como um “direito de desenvolver a própria maneira de viver” a que cada um teria, com a condição apenas de não causar dano ao outro. Deste modo, deve ser meta de cada indivíduo buscar a forma de ser e estar no mundo que seja capaz de corresponder aos seus anseios, bem como de atender a essa verdade interior inerente a cada pessoa, afirmando a atitude de uma “liberdade autodeterminante” (TAYLOR, 2011, p. 37), resistindo e rompendo com imposições externas: “não há barreiras para meus desejos” (TAYLOR, 2007, p. 478), o que Ehrenberg (2010) chama de a *galáxia da autonomia*.

Satisfação e realização pessoal se relacionam diretamente com o conceito de felicidade como autenticidade. Ser feliz é um estado no qual a pessoa se encontra em plenitude pela realização de alguma ação ou feito (BIRMAN, 2010). Preocupada pela felicidade no trabalho, Bakker (2012) coloca em evidência a maneira como a escolha da profissão e do emprego tem se associado com uma *felicidade verdadeira*. Mais do que uma fonte de renda fixa, o trabalho vem sendo apresentado como um lugar para o desenvolvimento pessoal e para a autorrealização profissional, que remete à concepção de um sujeito fiel a ele próprio (BAKKER, 2012). Diferentes produtos midiáticos, desde livros de autoajuda ensinando a encontrar o sucesso a influenciadores digitais, vão ligar a vida profissional do indivíduo a uma dimensão subjetiva: o trabalho é modo de realizar sua presumida “essência” e, ao mesmo tempo, de alcançar uma espécie de fantasia de felicidade – basta pensar no conhecido jargão de autoajuda “trabalhe com o que ame e nunca mais precisará trabalhar na vida”.

Nesta lógica, para que seja feliz, o indivíduo contemporâneo é convocado a ser autêntico, imaginando rejeitar as regras externamente impostas por sua sociedade, buscando uma suposta interioridade à qual precisa ser fiel e privilegiando o prazer aqui e agora. O lugar dessa presumida transgressão a que o discurso da autenticidade se propõe ocupar é, no entanto, desmontado se há em vista que “ninguém adquire as linguagens necessárias para autodefinição por si mesmo”, uma vez que “a gênese da mente humana [...] não é ‘monológica’, não é alguma coisa que cada um conquista sozinho, mas dialógica” (TAYLOR, 2011, p. 43). Como Freud sugeriu,

Na vida psíquica do ser individual, o Outro é via de regra considerado enquanto modelo, objeto, auxiliador e adversário, e portanto a psicologia individual é também, desde o início, psicologia social, num sentido ampliado, mas inteiramente justificado (FREUD, 2011b, p. 10).

Tanto Freud (2011b), em sua análise da construção da identidade (do eu), quanto Taylor (2011), pelo argumento da autenticidade, defendem que os comportamentos são necessariamente criados e sancionados socialmente, o que desmantela o ideal de que o indivíduo seria plenamente capaz de viver em uma atitude autossuficiente, monológica e voltada para si mesmo; bastando-se diante das próprias verdades e desejos, um “radicalismo da subjetividade”, tal como Ehrenberg (2010, p. 74) ironizou. Fundada enquanto demanda do outro, como forma de exigência moral, o que se entende como prática autêntica na cultura não seria, assim, a realização de uma verdadeira autenticidade (TAYLOR, 2011).

Sendo espetacularmente feliz e autêntico

Esta ideia de haver uma autenticidade mostra-se ainda mais controversa se for considerado que os novos regimes de exposição de si, de construção de identidades e de produção de subjetividade na lógica das redes sociais digitais⁶.

Debord (1997, p. 14), no seu livro-manifesto publicado em 1967, já argumentava que “o espetáculo não é um conjunto de imagens, mas uma relação social entre pessoas, mediada por imagens”. De lá para cá, entre os 50 anos de transformações culturais, políticas e sociais, passando pela consolidação do cinema e da televisão, por exemplo, pensar as dinâmicas comunicacionais a partir de Debord constitui ainda assim um esforço válido. A obra se mostra relevante para as discussões contemporâneas porque pensava uma crítica que percebia os indícios de um universo movido pelo “aparecer”, uma tendência do “fazer ver”, em que a visão se torna o sentido humano privilegiado (DEBORD, 1997). “Tecendo imagens e narrativas da realidade, os enredos e imagens dos meios midiáticos serão absorvidos no cotidiano de milhares de pessoas e se transformarão nos códigos interpretativos com os quais abalizam o mundo e tecem suas próprias narrativas pessoais” (JAGUARIBE, 2007, p. 30).

Mais do que tecer, a questão é que o espetáculo se tornou não apenas uma forma de difundir narrativas, mas é o próprio espetáculo a forma pela qual a vida se realiza. Os eventos da vida de um indivíduo, as atribuições de sentido às suas experiências e suas formas de sociabilidade acontecem no mesmo espaço desse espetáculo: uma forma de subjetividade engendrada por uma midiaticização permanente que dissolve as fronteiras entre público e privado. Afastando-se de um regime de interioridade, as culturas contemporâneas ocidentais midiaticizadas parecem

⁶ A tríade identidade-autenticidade-visibilidade, estudada pelo antropólogo francês na análise do *culto da performance* (EHRENBERG, 2010).

acontecer, então, no que seria uma “performance pública da extimidade” (SIBILIA, 2016, p. 346, grifo da autora): a intimidade enquanto espetáculo virtual, ou a “teatralização do eu” para Ehrenberg (2010). Ainda que se apresentem como um discurso de questionamento das normas, uma atitude supostamente autêntica, a visibilidade e o olhar do outro são inevitavelmente partes fundamentais dessa dinâmica.

Por isso, nota-se até aqui umnexo entre as imagens de mundo produzidas na mídia e as subjetividades engendradas nesse processo, no qual se pretende que a felicidade poderia ser realizada no instante mesmo em que se torna pública. Ora, em uma cultura que tem a felicidade e o bem-estar individual como objetivos principais, que tipo de narrativas os indivíduos produzem sobre si mesmos?

Giroux (2015, p. 156), ao problematizar a cultura da *selfie* por ser “uma necessidade de tornar o self como objeto de interesse público”, lembra que “a visão da boa sociedade tem sido substituída por visões de felicidade individual caracterizada por uma busca infinita por gratificação instantânea e autorreconhecimento”. O cerne da crítica do autor se faz pelo obstáculo que esse modo de ser, movido pelas imagens e narrativas de si, coloca à reflexão e ao questionamento, quando o ideal de felicidade e liberdade é vinculado mais ao gerenciamento de si e menos a um debate sobre responsabilidade social.

Reflexões finais

Genericamente, descreveu-se a paisagem sociocultural contemporânea como uma cena profundamente marcada pelo individualismo e pela liberdade de escolha, um mundo organizado pela primazia da lógica da concorrência, da eficiência e a eficácia. Lógica que, por demandar uma otimização de tudo o que existe – mesmo o que haveria de mais sensível – desvaloriza as emoções. Além disso, deposita no indivíduo o potencial de toda e qualquer realização: ao apostar que os eventos que acontecem a alguém dependem de suas ações e de seu trabalho, creem em uma falaciosa suposição de que todos os indivíduos partem de uma posição de igualdade.

Essa mesma paisagem neoliberal que se desenha na contemporaneidade vai colocar como imperativos a felicidade e autenticidade: o indivíduo deve ser feliz e autêntico, e basta a si mesmo para atingir esse lugar. O argumento deste artigo tentou mostrar, assim, uma inquietação quanto aos nexos feitos nessa equação. Ao mesmo tempo em que essa asserção de autenticidade e felicidade circula nos discursos contemporâneos, seus objetivos parecem muito pouco realizáveis. Para além do contexto social amplamente desigual apresentado, tanto felicidade quanto autenticidade são conceitos controversos que não dão conta da pluralidade humana: o que seria ser “você mesmo”? O que é a “essência” de um indivíduo? O que é afirmar “autenticidade” todos são atravessados por sociabilidades? Qual é esse projeto de felicidade que confere ao indivíduo e sua “autenticidade” o poder de realização? Essas noções de felicidade e autenticidade parecem estar em tensão em relação à própria sociedade em que estão inseridas.

De fato, essa centralidade do indivíduo na cultura talvez seja a inquietação central desta reflexão, sobretudo de discursos que favorecem indivíduos ensimesmados e blindados de suas próprias emoções, em nome de uma otimização de sua existência. Talvez possa parecer haver nestas palavras uma certa nostalgia, um desejo sutil, mas ainda assim presente, de busca por uma época na qual o coletivo era prioritário, onde a magia e o encantamento eram corriqueiros. Descentrar esse indivíduo do *ethos* neoliberal contemporâneo, todo poderoso, empreendedor de si, parece uma proposta política monstruosa (em seu porte é), porém que precisa ser pensada desde as Ciências Sociais em uma perspectiva interdisciplinar. Comunicação deve ser, portanto, parte dessa discussão, na medida em que a mídia tem um papel fundamental na construção dessa subjetividade neoliberal: o indivíduo e as sociabilidades contemporâneas se realizam nessas dinâmicas midiáticas que marcam a pós-modernidade e partilham dos valores imbuídos por esses discursos que circulam na cultura.

Nesse sentido, como pensar em uma atitude verdadeira/autêntica quando se faz uma curadoria da vida que se expõe online? Ou ainda, que a relação do indivíduo com esta curadoria segue a ordem do investimento em si? Se o indivíduo moderno via na autenticidade forma de transgressão, subversão dos valores, a forma de autenticidade parece estar em conformidade com as demandas do mercado, que vai orientar essa cultura neoliberal. Como endossar o discurso da autenticidade quando a performance é feita para suscitar o desejo e o reconhecimento do outro? Como acreditar nessa autenticidade interior se o sujeito mesmo é complexamente criado em um caldo social que mistura biologia, personalidade, vínculos, interações e relações com outros, neste mundo no qual os objetos são nomeados com antecedência a sua existência e mudam com o tempo? Ao que parece, essa retórica em favor de um *ethos* autêntico reforça um discurso já dominante ao menos nos últimos cinquenta anos. A identidade que se apresenta como autêntica e transgressora, ao mesmo tempo em que se ergue em uma atitude preocupada apenas com seus próprios desejos, mostra-se dependente desse lugar de visibilidade e de aprovação do olhar do outro, cada vez mais presente nos esquemas de vigilância contemporâneos.

Assim, apontar o caminho para a felicidade pela via da afirmação de si e dos desejos individuais apenas leva a colocar em questão o teor irrealizável desse projeto: na dinâmica das visualizações e curtidas, na economia do espetáculo online da autenticidade e da felicidade, não existe possibilidade de autossuficiência, muito menos de transgressão. A felicidade autêntica parece ser um projeto que se promove discursivamente, mas que cai por terra na medida em que se realiza de modo constantemente performado como investimento individual sobre si e sob o regime da curadoria e da vigilância. Um modelo de felicidade que, justamente por se constituir de ideais incompatíveis e inatingíveis, portanto – autenticidade e aprovação externa –, não tem outra perspectiva senão a frustração dos indivíduos que nele apostam.

Por fim, o questionamento desse ideal de felicidade autodeterminante leva a ponderar qual tipo de engajamento social é promovido nesta cultura. Na medida em que se estabelece um nexos entre autenticidade e felicidade, este projeto é para quem? O discurso de autenticidade,

que já representou atitude de rebeldia e insubmissão, consolida-se pela via da celebração do indivíduo e da exposição de si: no lugar de uma política social e coletiva, um discurso que vai se orientar pela felicidade do indivíduo, seu bem-estar e autoestima. Assim, mostra-se mais um exercício preocupado com o reconhecimento de um cotidiano glamourizado e com a satisfação individual decorrente disso, do que efetivamente com uma atitude de verdadeiro questionamento com relação às crenças da cultura e da moral vigentes, tanto quanto a reflexão do sujeito sobre seu lugar e participação em um mundo permanentemente compartilhado, ao mesmo tempo espetacular e cruel.

Referências

- AHMED, S. **The promise of happiness**. Duke University Press, 2010
- AHMED, S. **The cultural politics of emotion**. Edinburgh: University Press, 2014.
- BAKKER, B. **Trabalhando para si**: felicidade e capital humano no cinema dos anos 2000. 2012. 145 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Cultura) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.
- BAUMAN, Z. **O mal-estar da pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.
- BIRMAN, J. Muitas felicidades?! O imperativo de ser feliz na contemporaneidade. *In*: FREIRE FILHO, J. (org.). **Ser feliz hoje**: reflexões sobre o imperativo da felicidade. Rio de Janeiro: FGV, 2010. p. 27-47.
- BOLTANSKI, L.; CHIAPELLO, E. **O novo espírito do capitalismo**. São Paulo: Martins Fontes, 2009.
- BROWN, B. **A coragem de ser imperfeito**: como aceitar a própria vulnerabilidade, vencer a vergonha e ousar ser quem você é. Rio de Janeiro: Sextante, 2016.
- BROWN, W. **Undoing the demos**: neoliberalism's stealth revolution. New York: MIT Press, 2015.
- COOPER, M. **Family values**: between neoliberalism and the new social conservatism. Nova York: Zone Books, 2017.
- DEBORD, G. **A sociedade do espetáculo**. Rio de Janeiro, Contraponto, 1997.
- EHRENBERG, A. **O culto da performance**: da aventura empreendedora à depressão nervosa. São Paulo: Idéias & Letras, 2010.
- FREIRE FILHO, J. (org.). **Ser feliz hoje**: reflexões sobre o imperativo da felicidade. Rio de Janeiro: FGV, 2010.
- FREUD, S. **Obras completas volume 15**: Psicologia das massas e análise do eu e outros textos (1920-1923). São Paulo: Companhia das Letras, 2011a.
- FREUD, S. **Obras completas volume 18**: O mal-estar na civilização, novas conferências introdutórias e outros textos (1930-1936). São Paulo: Companhia das Letras, 2011b.
- FOUCAULT, M. **O nascimento da biopolítica**. São Paulo: Martins Editora, 2008.
- GIROUX, H. A. Selfie culture in the age of corporate and state surveillance. **Third Text**, v. 29, n. 3, p. 155-164, 2015.
- JAGUARIBE, B. **O choque do real**: estética, mídia e cultura. Rio de Janeiro: Rocco, 2007.
- LAVAL, C.; DARDOT, P. **A nova razão do mundo**. Rio de Janeiro: Boitempo, 2016.
- MANSON, M. **A sutil arte de ligar o foda-se**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2017.

- MAZETTI, H. **As marcas da felicidade: transformações do bem viver na publicidade brasileira (1960-2010)**. 2014. 247 f. Tese (Doutorado em Comunicação e Cultura) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.
- McMAHON, D. M. **Felicidade, uma história**. São Paulo: Globo, 2006.
- OXFAM. **Desterrados**: Tierra, poder y desigualdad en América Latina. 2016. Disponível em: <https://www.oxfam.org/es/informes/desterrados-tierra-poder-y-desigualdad-en-america-latina>. Acesso em: 09 mai. 2020.
- OXFAM. **A distância que nos une**: um retrato das desigualdades brasileiras. 2017. Disponível em: <https://oxfam.org.br/um-retrato-das-desigualdades-brasileiras/a-distancia-que-nos-une/>. Acesso em: 09 mai. 2020.
- SIBILIA, P. **O show do eu**: a intimidade como espetáculo. Rio de Janeiro: Contraponto, 2016.
- TAYLOR, C. **A secular age**. Cambridge: Harvard University Press, 2007.
- TAYLOR, C. **A ética da autenticidade**. São Paulo: É Realizações, 2011.
- VAZ, P. A vida feliz das vítimas. In: FREIRE FILHO, J. (org.). **Ser feliz hoje**: reflexões sobre o imperativo de felicidade. Rio de Janeiro: FGV, 2010. p. 135-134.
- VAZ, P.; VELAZCO, F. Corrupção: problema e questão. **Revista Compólitica**, v. 7, n. 2, p. 63-86, 2017.

Sobre as autoras

Lisbeth Araya Jiménez

Doutora do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGCOM-ECO-UFRJ). Mestre em Comunicação e Desenvolvimento e graduação em Psicologia pela Universidade da Costa Rica (UCR). Professora na Escola de Comunicação da UCR desde 2007. Pesquisadora no Centro de Pesquisa em Comunicação e no Instituto de Pesquisas em Educação. Membro da Red de Investigadores en los Estudios Socio-Culturales de las Emociones (RENISCE), com sede no México. Conta com 20 anos de experiência em pesquisa, desenho e gestão de projetos no setor das organizações cooperativas. E-mail: lisbeth.arayajimenez@ucr.ac.cr.

Nicole Sanhotene

Pesquisadora de Pós-Doutorado na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), com bolsa Capes. Doutora e mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGCOM-ECO-UFRJ). Realizou período de doutorado sanduíche em 2021 com bolsa Capes PrInt no Laboratoire d'études de genre et sexualité (CNRS – Paris 8 – Paris Nanterre). Integrante do grupo Risco, Compaixão e Testemunho, organizado pelo Prof. Paulo Vaz, vinculado ao IDEA/UFRJ. E-mail: freire.nicole@gmail.com.

Contribuição das autoras

Lisbeth Araya Jiménez e Nicole Sanchotene participaram ativamente de todas as etapas de elaboração do manuscrito.

Conflito de interesse

As autoras declaram que não há conflito de interesse.

Dados editoriais

Recebido em: 19/05/2020

Aprovado em: 08/06/2022

Editora responsável: Maria Ataíde Malcher

Assistente editorial: Weverton Raiol

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Attribution Non-Commercial (CC-BY-NC), que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições, desde que sem fins comerciais e que o trabalho original seja corretamente citado.

